



PLANO

Processo: 23492.000294/2024-66

Interessado: Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais - Campus Ubajara

PLANO DE AÇÃO DOS NAPNES

Período: 2024

Campus: Ubajara

1 INTRODUÇÃO

Considerando a importância do reconhecimento do direito à educação das pessoas com deficiência, bem como a relevância de estudos contínuos acerca da acessibilidade em suas diferentes dimensões e atendendo ao que se propõe na Resolução nº 143 de 20 de dezembro de 2023, apresenta-se neste plano os objetivos, metas e estratégias de ações referentes à acessibilidade e inclusão.

O Plano de Ação do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas — Napne campus Ubajara objetiva delinear ações e metas a serem realizadas no período 2024-2025, através de atividades do núcleo, de forma a possibilitar acessibilidade e inclusão ao IFCE campus Ubajara.

Dessa forma, o Plano de Ação tem como objetivos a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais, tecnológicas e atitudinais na Instituição de ensino; a promoção de condições necessárias para a seleção, o ingresso e a permanência de discentes e servidores com necessidades específicas no IFCE; a proposição e acompanhamento de adequações arquitetônicas, possibilitando às pessoas com deficiência o acesso a todos os espaços físicos dos campi, conforme as normas previstas em lei; a atuação junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, colaborando com a adaptação dos referenciais teórico-metodológicos, promovendo a articulação entre o Napne e Projeto Político Pedagógico da instituição; a articulação junto ao campus, à PROEXT, à PROGEP e à PROAP, a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e bens permanentes, além da contratação de profissionais especializados que possibilitem a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade; potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC); a promoção e participação, no âmbito do IFCE e de outras instituições, de atividades de acessibilidade e inclusão com o intuito de contribuir para a inserção da pessoa com necessidades específicas no IFCE e em espaços sociais possibilitando viabilizar e sensibilizar a comunidade interna e externa sobre as ações do NAPNE; assessorar a gestão do IFCE especificamente nos casos de ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas e, quando necessário, no processo de alterações nas regulamentações que visem o ingresso e a permanência de pessoas com necessidades específicas no IFCE.

Nesse propósito, este documento apresenta as ações como: oficinas, minicursos, cursos e campanhas, além da articulação entre comissões internas e a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão — COAI, como também ações organizadas pelo Napne junto aos setores de ensino do campus, pensadas para o ano de 2024.

Diante disso, pontuamos a estrutura do texto a partir dos seguintes tópicos: (2) Mapeamento do número de pessoas com deficiência no município, que se destina a relacionar dados populacionais de habitantes com algum tipo de deficiência bem como os índices encontrados no âmbito da instituição. (3) Mapeamento situacional da acessibilidade no campus, que objetiva conceituar o que é acessibilidade e evidenciar as características encontradas na instituição como também sugerir alterações pertinentes a elas. (4) Mapeamento do Napne no campus, que descreve a composição do núcleo e as principais ações realizadas e os resultados destacados no ano anterior. (5) Objetivos, apresenta o delineamento de forma geral e específica do que se propõe realizar. (6) Proposta teórico-metodológica, retrata o percurso do trabalho diante de diferentes atividades, dentre outras, minicursos, oficinas, palestras, e atendimento aos estudantes com necessidades específicas. E, por fim, referendamos o aporte teórico dos estudos desenvolvidos para constituição deste plano.

2 MAPEAMENTO DE Nº DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO

O município de Ubajara, localizado no noroeste cearense, na microrregião da Ibiapaba, possui 423,673 km² de território (IBGE, 2022) com apenas 10,04 km² de área urbanizada (IBGE, 2019). Sua população, segundo o censo de 2022, é de 32.767 pessoas com uma densidade demográfica de 77,34 habitantes por quilômetro quadrado.

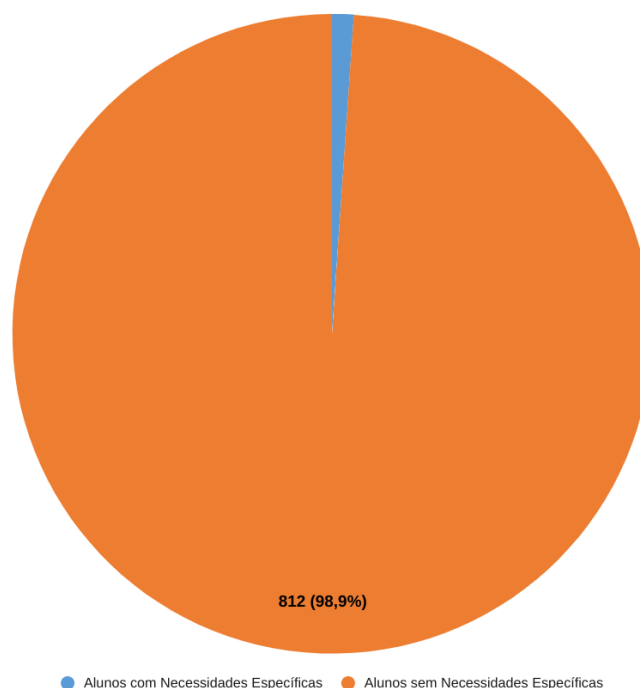
A taxa de escolarização desse município entre as idades de 6 a 14 anos é de 98,7% (IBGE, 2010) e, conforme os dados de 2021, o número de matrículas no ensino fundamental e médio são, respectivamente, 5.171 e 1.756. Os docentes que atuam nesses níveis são também, respectivamente, 294 e 78. Ainda segundo os dados de 2021, há no município 24 escolas de ensino fundamental e 5 escolas de ensino médio. Não há dados sobre a quantidade de instituições de ensino superior nem o número de matrículas ou docentes que atuam nesse nível.

Conforme assegurado no Censo de 2010 (IBGE, 2010), o Brasil possui em torno de 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma deficiência. No estado do Ceará, 2,1 milhões, e na cidade de Ubajara, com uma amostra de 26.020 pessoas com 10 anos ou mais de idade possuem algum tipo de deficiência, 8.274 pessoas com uma ou mais deficiências.

No município, quanto à deficiência auditiva, há segundo esse censo 88 pessoas que não consegue ouvir de modo algum, 375, com grande dificuldade e 1.667, com alguma dificuldade, totalizando 2.130 pessoas. Em relação à deficiência intelectual/mental há 356 pessoas. Tratando-se de deficiência motora existem 171 pessoas que não conseguem se locomover independentemente (o Censo indica "não consegue de modo algum"), com grande dificuldade 586 e com alguma dificuldade 1.938; somando-se 2.695. Sobre pessoas com deficiência visual, o Censo de 2010 aponta que 56 pessoas totalmente cegas (o Censo indica "não consegue de modo algum") residem no município, com grande dificuldade de enxergar 1.251 e com alguma dificuldade 5.731, contabilizando-se 7.038. Sendo que 3.654 homens e 4.620 mulheres possuem uma ou mais das deficiências investigadas. Com nenhuma dessas deficiências, dentro da amostra, residem no município de Ubajara 23.019 pessoas.

No âmbito do IFCE campus Ubajara, dentro do universo de 821 (IFCE, 2024) discentes matriculados até 2023.2 há um registro de 9 discentes que declararam ter algum tipo de deficiência ou transtorno, como apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Total de alunos matriculados com deficiência/transtornos identificados no IFCE campus Ubajara em 2023.2

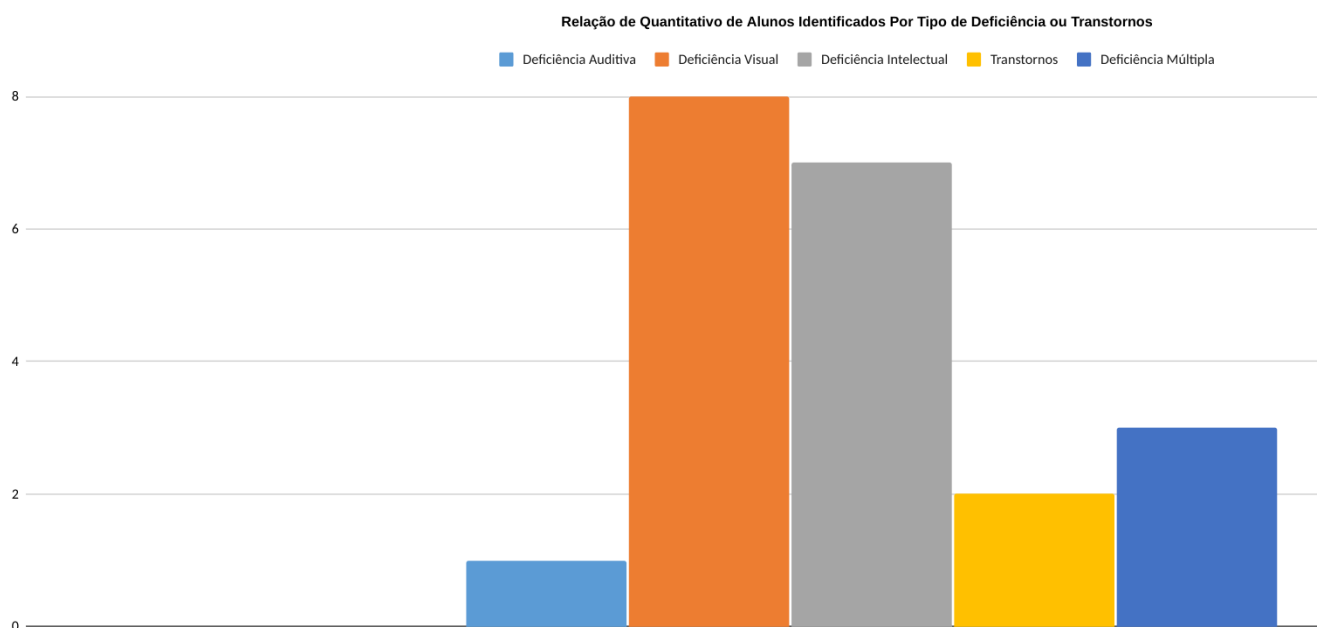


Fonte: elaborado pelo autor.

Esses dados foram coletados a partir de questionário elaborado pelo Napne e aplicado, através do QAcadêmico no início do período letivo de 2023.2, aos discentes da instituição com o objetivo de coletar autodeclaração sobre suas necessidades específicas. Acreditamos que ainda é possível encontrar um número mais acentuado de estudantes com algum tipo de deficiência ou necessidade específica em que se faz necessária conscientizarmos os alunos de seus direitos.

Apresentamos a distribuição por tipo de deficiência ou transtornos no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Quantitativo de alunos por tipo de deficiência ou transtornos



Fonte: elaborado pelo autor.

O gráfico apresentado anteriormente, retrata a quantidade de discentes com determinada deficiência, bem como os dados de deficiências múltiplas no âmbito do IFCE/Campus Ubajara, descrito no levantamento estatístico desenvolvido. Considerando que somente 9 pessoas com deficiência foram identificadas, referente aos semestres de 2023.1 e 2023.2, verifica-se que a deficiência múltipla é uma característica recorrente. Entende-se por deficiência múltipla a soma de uma ou mais deficiências.

Diante desses dados, o trabalho relacionado ao mapeamento do número de pessoas com deficiência, possibilitará uma maior aproximação e reconhecimento das necessidades específicas dos envolvidos, para assim, remeter ao Napne, um planejamento de ações e acompanhamento, minimizando limitações e potencializando habilidades encontradas nas pessoas da comunidade acadêmica da instituição.

3 MAPEAMENTO SITUACIONAL DA ACESSIBILIDADE NO CAMPUS

Considerando que acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.” (BRASIL, 2015) o seguinte mapeamento baseado no conceito de desenho universal, procurou detalhar e averiguar seis tipos de acessibilidade que compreendem o campus, a saber: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica ou pedagógica, instrumental e programática.

3.1 Desenho Universal

Entende-se Desenho Universal como uma forma de gerar ambientes, serviços, produtos e tecnologias utilizáveis equitativamente, oferecendo segurança e autonomia ao maior número de pessoas, sem que haja a necessidade de adaptação ou readaptação (SONZA, 2013).

O Desenho Universal tem sete princípios: uso equiparável; uso flexível; simples e intuitivo; informação perceptível; tolerância ao erro; pouca exigência de esforço físico; tamanho e espaço para acesso e uso.

O *Princípio do Uso Equiparável* pode ser entendido como a disponibilidade de acesso, uso, privacidade e segurança no oferecimento dos mesmos meios para qualquer usuário, de forma igualitária.

Uso Flexível é o princípio que preza pela portabilidade ou adaptação do meio a qualquer usuário.

Simples e Intuitivo caracteriza o meio que proporciona a fácil utilização e compreensão, independente de experiências prévias, conhecimentos ou habilidades do usuário.

Informação Perceptível descreve o meio de comunicação em que se transmite de forma efetiva toda e qualquer informação necessária por diferentes formas de apresentação.

Tolerância ao Erro orienta para a minimização de risco em ações que possam ocorrer de forma involuntária ou acidental.

Pouca Exigência de Esforço Físico pode ser compreendido como a minimização de ações repetitivas e esforço físico contínuo.

E o princípio do *Tamanho e Espaço para Acesso e Uso* caracteriza a proporção de tamanhos e espaços adequados para acesso, alcance, manipulação e uso, independente de quem seja o usuário.

3.2 Acessibilidade Arquitetônica

Entende-se por acessibilidade arquitetônica aquela que, seguindo os princípios do Desenho Universal, elimina qualquer barreiras dentro das edificações públicas ou privadas, possibilitando o acesso, a liberdade de movimentação e a circulação com autonomia e segurança.

Considerando que não houve alterações grandes ou mínimas que modificassem o resultado do mapeamento da acessibilidade realizado no ano de 2023 quanto ao aspecto arquitetônico, apresenta-se abaixo o detalhamento dos espaços que constituem a instituição, sugerindo-se adaptações ou modificações quando necessário. Em complemento a esse mapeamento encontra-se o Anexo I, que se configura como um check-up (conferência) situacional desse tipo de acessibilidade.

3.2.1 Hall de entrada

O Instituto Federal do Ceará campus Ubajara situa-se na Rua Luiz Cunha, número 178, no bairro Monte Castelo da cidade de Ubajara. O passeio público que dá acesso ao prédio da instituição tem largura de 1,87m, com piso em pedra, desnivelado, com desníveis para acesso à cadeirantes. Entretanto na via pública onde o campus é localizado não há estacionamento para cadeirantes.

O acesso ao hall de entrada inicia-se com uma passarela de 2,37m de largura e 47,5m de comprimento com iluminação feita por postes e piso em concreto. O portão principal de pedestres que dá acesso a essa passarela possui 1,10m, não possui sinalização visual, campainha e automatização nem patamar entre a rampa de acesso e a passarela; e o portão do hall de entrada possui 1,64m, em material de vidro. O saguão não possui mapa predial ou placas de sinalização quanto à acessibilidade.

Sugestões de adaptação ou modificação

Sugere-se verificar com o Detran se é possível identificar vaga com cadeirante na via pública. E, além disso, no estacionamento da instituição, reservar uma vaga para cadeirantes e para pessoas com dificuldade de locomoção (e isso inclui gestantes e autistas) por meio de sinalização vertical e horizontal. A utilização do piso tátil direcional e de aviso desde a calçada da instituição ao saguão é de suma importância. Além, é claro, da disponibilização do mapa predial tátil e gráfico. Sugere-se incluir também placas de sinalização de saídas e de acessibilidade no portão de pedestre e na entrada do hall.

Tais sugestões estão em conformidade com as legislações e normas vigentes: ABNT NBR 9050/2015; Lei 9.503/1997; Lei nº 12.764/2012.

3.2.2 Rampas e escadas

No IFCE campus Ubajara há três rampas de acesso ao Bloco 02, uma dessas dá acesso à enfermaria, que possui entrada interligada ao Bloco 02, embora se encontre no Bloco 01. Elas medem, aproximadamente, 2 metros de largura, 9,5m de comprimento e têm 6,84% de inclinação. Não há rampas que interligam o primeiro andar ao térreo do Bloco 02 e não há rampa na saída de emergência do auditório do campus.

Além disso, nos corredores que dão acesso às salas 11 a 14 e à sala do Napne e Neabi, há somente uma rampa de acesso por um dos lados, obrigando ao cadeirante que seja feito um retorno e se utilize o corredor com a rampa de acesso.

Sugestões de adaptação ou modificação

Sugere-se que sejam implementadas rampas de acesso ao primeiro andar do bloco didático e na porta de saída de emergência do auditório do campus, além de barras de apoio em todas as rampas existentes.

Essas sugestões estão em conformidade com a norma ABNT NBR 9050/2015 e ABNT NBR 9077/2001.

3.2.3 Escadas No Bloco 02 da instituição

No Bloco 02, há somente uma escada que leva ao primeiro andar. Essa escada possui 1,5m de largura em seus degraus e espelhos de 0,20m. O seu único patamar tem largura de 1,5m. Possui bordas com antiderrapantes, corrimão e guarda-corpo, mas não possui sinalização tátil de alerta no piso antes do início nem no fim da escada.

Sugestões de adaptação ou modificação

Colocar sinalização tátil de alerta antes do início e no final da escada. Essas sugestões estão em conformidade com a norma ABNT NBR 9050/2015.

3.2.4 Corrimãos e guarda-corpos

Os corrimãos que existem no campus possuem altura máxima de 0,90m e mínima de 0,60m com 0,13m de seção circular, possuem também guarda-corpo. Os corrimões da única escadaria da instituição têm prolongamento de aproximadamente 0,30m antes do início, mas não em seu final.

Sugestões de adaptação ou modificação

Colocar sinalização tátil de alerta antes do início e no final da escada. Essas sugestões estão em conformidade com a norma ABNT NBR 9050/2015.

3.2.5 Elevadores

A instituição possui apenas uma plataforma elevatória com porta de vidro com largura de 0,90m. A distância entre os painéis laterais do elevador é de 0,90m e entre fundo e frente é de 1,50m. A altura dos botões é de 0,96m e possuem braile e baixo relevo. A entrada do elevador e sua saída não possui piso tátil de alerta. E o elevador passa por muitos processos de manutenção.

Sugestões de adaptação ou modificação

Indica-se adicionar piso tátil de alerta e verificar a possibilidade de rampas de acesso ao primeiro andar para casos de emergências ou em que o elevador estiver em manutenção. Verificar a possibilidade de faixas de contraste para pessoas com baixa visão na porta do elevador e, ainda, instalar corrimãos de superfície lisa e não deslizante, fixado juntamente aos painéis laterais e no fundo. A cabina deve possuir piso contrastante de superfície dura e antiderrapante, conforme a norma ABNT NBR 13994/2000.

3.2.6 Salas de aula

As salas de aula são de dimensões variadas e com mobiliário disposto de forma adaptável, contudo as carteiras não são adequadas para uso de pessoas cadeirantes ou obesas. As portas de entrada têm largura de 0,90m, as maçanetas são do tipo alavanca, a mesa da sala tem altura de 0,77m com faixa de circulação para manobra.

Sugestões de adaptação ou modificação

Pontua-se que as portas das salas de aula precisam ser numeradas com sinalização tátil, identificando o número em braile e utilizando auto relevo com contraste de cores. Tais sinalizações devem ser dispostas a uma altura de 1,50m do piso na parede ou batente ao lado da maçaneta. Considera-se verificar iluminância de todas as salas, verificando a média dela nos quadros brancos e se estão de acordo com as normas estabelecidas.

A cada duas salas devem ser disponibilizadas pelo menos uma carteira acessível para pessoas em cadeira de rodas. Cartazes ou imagens expostas em murais devem conter descrição em braile.

Tais orientações se baseiam em: Decreto nº 5296/2004, ABNT NBR 9050/2015 e NBR 5413/1992.

3.2.7 Biblioteca

A porta de entrada de acesso à biblioteca possui 0,80m, logo na entrada do ambiente encontra-se um portal de segurança de 0,95m com uma distância superior a 0,74m até a estante para armazenar volumes.

As mesas de estudo possuem 0,75m de altura e ficam disponibilizadas em um ambiente que permite a livre circulação de qualquer usuário. Tem em média 155 de iluminância, estando abaixo do mínimo indicado pela NBR 5413/1992.

A bancada onde ficam disponibilizados os computadores para acesso dos estudantes possui 0,79m de altura.

Os corredores entre as estantes possuem largura de 1,40m e 1,50m. As estantes possuem largura de 0,24m e altura de 2m aproximadamente. A distância entre a última prateleira e as cabines de estudo individual é de 0,69m, fato que limita a locomoção neste espaço. Sua iluminância também está abaixo da norma estabelecida, com 158 lux de iluminância.

Sugestões de adaptação ou modificação

A porta da biblioteca precisa ser numerada com sinalização tátil, identificando o número em braile e utilizando auto relevo com contraste de cores.

Tais sinalizações devem ser dispostas a uma altura de 1,50m do piso na parede ou batente ao lado da maçaneta.

Os livros mais pesados devem ser distribuídos nas prateleiras de baixo, faixas de orientação precisam ser fixadas no piso.

A identificação das sessões nas prateleiras devem ser de materiais com tamanho de fonte grandes, em cores contrastantes e em braille. Deve haver a mesma aplicação para o balcão de atendimento.

Quanto à iluminação dos espaços da biblioteca, recomenda-se adequar-se à norma NBR 5413/1992.

3.2.8 Auditórios

O auditório do campus possui largura de 11m, profundidade de 18m, contando com uma área total de 198m². Não possui assento para obesos, cadeirantes nem rampa ou plataforma elevatória para acesso ao palco. Sua porta é de vidro, e possui largura aproximada de 2m.

A iluminação estabelecida no auditório varia entre 166 lux na tribuna e 253 lux na platéia.

Sugestões de adaptação ou modificação

Providenciar acesso ao púlpito por meio de rampa ou plataforma elevatória. Reserva de espaço para cadeirantes e adaptação de cadeiras para obesos. Adicionar também faixa de segurança na porta. E adequar-se à NBR 5413/1992 que trata da iluminação de auditórios.

Essas sugestões se baseiam nessa norma e na NBR 9050/2015.

3.2.9 Sanitários

Os sanitários destinados a pessoas com deficiência no Bloco 01 não seguem adequadamente as normas da NBR 9050. Possui largura de 1,50m, comprimento de 1,90m e porta com 0,80m. Não possui sinalização adequada, barras de apoio na pia, espaço para transferência à bacia, nem sinalização tátil nem alarme de emergência.

Os banheiros comuns possuem portas estreitas demais, não possuem sanitário nem pia infantil ou sinalização em braille.

Os banheiros do Bloco 02 não possuem sinalização tátil nem podotátil assim como os do Bloco 01. Não possui sanitários infantis nem pia infantil, mas as portas de acesso são adequadas.

Os banheiros destinados à cadeirantes não possuem alarmes funcionais.

Sugestões de adaptação ou modificação

Colocar sinalização tátil ou podotátil, consertar e inserir alarmes nos banheiros destinados a cadeirantes. Verificar a possibilidade de adaptação de pias e bacias para modelos infantis, que possibilitaria o uso sem complicações por pessoas de baixa estatura.

3.2.10 DIREN e Coordenações

A porta de entrada de acesso à Diren possui 89 cm de largura, no interior do espaço as portas que dão acesso às coordenações e a sala do diretor de ensino possuem 80 cm de largura. Todo o espaço permite deslocamento de pessoas em cadeiras de rodas, mas as mesas não permitem sua aproximação.

Sugestões de adaptação ou modificação

As portas devem ser numeradas com sinalização tátil, identificando o número em braille e utilizando auto relevo com contraste de cores. Tais sinalizações devem ser dispostas a uma altura de 1,50m do piso na parede ou batente ao lado da maçaneta. Todas as mesas precisam permitir a aproximação de cadeirantes.

3.2.11 Laboratórios

Laboratório Sensorial: A porta de entrada na análise possui 0,82m de largura e a porta de entrada possui 0,79m. As mesas destinadas à execução das atividades práticas vinculadas possuem 0,81m de altura. A pia possui 1 m de altura.

Laboratório de Panificação: A pia possui 1 m de altura. As mesas destinadas à execução das atividades práticas vinculadas possuem 0,86m de altura. O espaço de circulação é restrito.

Laboratório de Informática: A porta de entrada do laboratório possui 0,90m de largura, as mesas nas quais os computadores estão dispostos possuem altura de 0,75m e profundidade de 0,60m. O espaço permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas.

Laboratório de Química: A porta de entrada possui 0,90m de largura, as bancadas possuem altura de 0,94m e distância aproximada de 1,36m entre a parede do laboratório e 2,08m entre as bancadas. O laboratório não permite a circulação de pessoas em cadeiras de rodas.

Sugestões de adaptação ou modificação

As portas devem ser numeradas com sinalização tátil, identificando o número em braille e utilizando auto relevo com contraste de cores. Tais sinalizações devem ser dispostas a uma altura de 1,50m do piso na parede ou batente ao lado da maçaneta. A altura das pias dos laboratórios devem ser modificadas, pois não permitem o uso adequado de pessoas em cadeiras de rodas nem baixa estatura. A maioria dos laboratórios não permitem a livre circulação de pessoas com cadeiras de rodas.

3.2.12 Considerações

As sugestões de adaptação mencionadas assim como as observações realizadas neste mapeamento não substituem o laudo técnico de acessibilidade nem o plano de trabalho mencionados na Portaria Interministerial nº 323, de 10 de setembro de 2020, que

devem ser realizados por profissionais competentes conforme o art. 2º, inciso I, da portaria citada.

3.3 Acessibilidade Comunicacional

Compreende-se acessibilidade comunicacional aquela que, orientando-se pelos princípios do Desenho Universal, pelos Direitos Humanos e Direitos Linguísticos, estabelece acesso às informações e conhecimento, utilizando-se de tecnologias assistivas, códigos, linguagens e línguas, tais como: legenda, braile, audiodescrição, Libras entre outros.

Isto é, aquela que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc.), incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Mediante o cancelamento do calendário letivo de 2024.1, por decorrência do movimento paredista que aconteceu no período de abril a junho deste ano, o instrumental de averiguação da acessibilidade aplicado no período de abril, não obteve participação efetiva e não trouxe dados representativos.

Dessa forma, o núcleo entende que devemos re aplicar o instrumental para averiguar a situação da acessibilidade comunicacional nas relações interpessoais, nos documentos da instituição e em suas redes e mídias digitais, em que programamos sua aplicação para o primeiro semestre de 2025.

3.4 Acessibilidade Atitudinal

Compreende-se como acessibilidade atitudinal a quebra de preconceitos, embate à desinformação e atuação para a desmistificação de estereótipos sobre pessoas com deficiência ou necessidades específicas.

Essas barreiras atitudinais são intrínsecas às relações humanas e profissionais dentro de qualquer instituição. Também por isso é necessário haver uma pesquisa com metodologia própria para averiguar entre a comunidade interna qual a sua percepção de acessibilidade atitudinal e como ela é aplicada nas relações humanas no campus e, a partir disso, sugerir ações para dirimir quaisquer barreiras que acabem por discriminar, mistificar, desinformar ou estabelecer preconceitos sobre pessoas com deficiência ou necessidades específicas.

Mediante o cancelamento do calendário letivo de 2024.1, por decorrência do movimento paredista que aconteceu no período de abril a junho deste ano, o instrumental de averiguação da acessibilidade aplicado no período de abril, não obteve participação efetiva e não trouxe dados representativos.

Assim, entendendo tal especificidade, o núcleo compromete-se a re aplicar tal avaliação diagnóstica no primeiro semestre de 2025 e trazer os resultados obtidos.

3.5 Acessibilidade Metodológica/Pedagógica

A acessibilidade metodológica é entendida como a alteração de métodos e técnicas de forma a facilitar a utilização, aplicação, compreensão e aprendizado das atividades que uma pessoa com deficiência ou necessidade específica deverá executar. Quando entendida como acessibilidade pedagógica, à ela soma-se a mudança dos métodos/metodologias/abordagens de ensino e das atividades de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Mediante o cancelamento do calendário letivo de 2024.1, por decorrência do movimento paredista que aconteceu no período de abril a junho deste ano, o instrumental de averiguação da acessibilidade aplicado no período de abril, não obteve participação efetiva e não trouxe dados representativos.

Assim, entendendo tal especificidade, o núcleo compromete-se a re aplicar tal avaliação diagnóstica no primeiro semestre de 2025 e trazer os resultados obtidos.

3.6 Acessibilidade Instrumental

A acessibilidade instrumental é reconhecida como aquela, que atrelada à metodológica, utiliza-se de tecnologias assistivas para, ou que baseada no desenho universal, tornar possível a atividade laboral ou de aprendizado, quando aplicada à educação.

Mediante o cancelamento do calendário letivo de 2024.1, por decorrência do movimento paredista que aconteceu no período de abril a junho deste ano, o instrumental de averiguação da acessibilidade aplicado no período de abril, não obteve participação efetiva e não trouxe dados representativos.

Assim, entendendo tal especificidade, o núcleo compromete-se a re aplicar tal avaliação diagnóstica no primeiro semestre de 2025 e trazer os resultados obtidos.

3.7 Acessibilidade Programática

Atuar na revisão e atualização de textos normativos que, por ventura, impeçam o acesso ou a permanência da pessoa com deficiência ou necessidades específica na educação ou no trabalho é o que se entende por atuar visando a acessibilidade programática.

O núcleo, compreendendo esse tipo de acessibilidade, objetiva analisar os documentos institucionais do campus de modo a encontrar termos ou impedimentos que possam influir na discriminação, preconceito ou negar os direitos da pessoa com deficiência. Entretanto, sabe-se que uma instituição de ensino possui muitos tipos de documentos, tais como: ofícios, portarias, regimentos, planos e relatórios. Dentre esses documentos há aqueles que direcionam o funcionamento dos cursos e da instituição, pois

quando se fala em planejamento pedagógico, compreende-se o planejamento da IES, o qual contempla o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regulamento de Organização Didática (ROD), o planejamento curricular, compreendido pelos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), o plano de ensino, o plano de curso, o plano de aula e os programas de unidades didáticas. Em toda essa documentação, procura-se refletir a filosofia da instituição, considerando o seu marco referencial, sua realidade e demandas, bem como as possíveis ações decorrentes disso. (IFCE, 2018, p. 39)

A análise desses documentos ocorreu através da busca de palavras-chaves, como: PCD, pessoas com deficiência, pessoa deficiente, barreiras, acessibilidade, necessidades educacionais específicas, necessidades específicas, pessoa portadora de deficiência, inclusão. Embora algumas delas sejam termos não mais utilizados, entende-se que por serem documentos que não se atualizam constantemente, haveria a possibilidade desses termos existirem. A seguir apresenta-se o que foi observado nos documentos citados.

3.7.1 Projeto Político Pedagógico Institucional - PPI

O Projeto Político Pedagógico Institucional é um instrumento que propõe orientações para a condução de todas as atividades da instituição que impactam diretamente em seu projeto educativo, legitimando a obrigatoriedade com a educação e motivando as contribuições sociais nos escopos local, regional e nacional. "Nele são estabelecidos os parâmetros necessários para a coerente e eficiente condução das ações nos âmbitos pedagógico e político-institucional, servindo como norteador do planejamento estratégico da Instituição, ao mesmo tempo em que nele são retratados sua identidade, sua história, o conjunto de seus currículos, seus métodos, o perfil de seus atores e sua forma de idealizar e materializar a educação" (IFCE, 2018, p. 17).

Nesse sentido, verifica-se logo no documento matriz da instituição uma preocupação com a acessibilidade. Isso confirma-se quando observamos o trecho abaixo, que trata dos princípios pedagógicos:

Reforça-se, ainda, a importância de se compreender que os princípios elencados devem ser traçados na perspectiva de que cada discente deve ser visto como único. Dessa forma, os processos de ensino e aprendizagem precisam ser propostos em conformidade com as características, habilidades, preferências e com os interesses, ritmos e estilos de aprendizagem, observando, ainda, os seguintes aspectos:

- emprego de um amplo repertório metodológico e tecnológico, com destaque para as metodologias ativas de aprendizagem;
- educação verdadeiramente inclusiva, considerando todas as especificidades e necessidades educacionais de todos os discentes;
- empreendedorismo integrado ao processo educativo, com vistas ao desenvolvimento de uma educação inovadora e empreendedora;
- estímulo à prospecção e ao acompanhamento de talentos individuais e coletivos, ou seja, voltando-se para a promoção dos talentos. (IFCE, 2018, p. 33)

Outro enxerto reforça a preocupação no processo formativo de garantir igualdade, oportunidade aos educandos com suas respectivas individualidades e identidades, como pontua-se a seguir:

Além de ter seres humanos em formação para a vida e para o trabalho, o IFCE é formado de educandos e educadores situados em diversas categorias, a saber, etnia, idade, classe social, política, cultura, gênero, entre outras. Tais categorias estão indissociavelmente ligadas à identidade, à forma como ela se constitui, sendo, portanto, necessário o respeito à diferença intrínseca a cada indivíduo, em contraposição ao preconceito, à discriminação e intolerância, os quais, inevitavelmente, levam à violência e exclusão social, prejudiciais ao convívio e à aprendizagem. Em virtude disso, a formação para a vida e para o trabalho deve levar em consideração a individualidade dos sujeitos e, também, o fato de que, além de futuros trabalhadores, os educandos estão situados em uma ou mais categorias. Dessa forma, devem percebê-las eticamente e, assim, respeitá-las igualmente em consonância com os princípios da convivência em sociedade e com o que arbitram as leis. (IFCE, 2018, p. 35)

Ao abordar a avaliação da aprendizagem no âmbito institucional, o PPI considera que

ao se deparar com um grupo diverso, encontram-se aqueles que apresentam facilidades para aprender e outros que possuem dificuldades para compreensão dos conteúdos, por diversos fatores, inclusive ausência de interesse. É necessário, ainda, haver uma diversidade também na ação pedagógica, através da qual se possa contemplar, no IFCE, os 44 indígenas e quilombolas, as pessoas com altas habilidades/superdotação, com deficiência e com transtorno do espectro autista. (IFCE, 2018, p. 43-44)

Considerando que "a educação física se constitui como política pedagógica institucional de promoção do desenvolvimento crítico da cultura corporal" (IFCE, 2018, p. 49), verifica-se no PDI o incentivo ao paradesporto que deve "apontar para a inserção do estudante com deficiência, tanto nas aulas de Educação Física como nas práticas esportivas e eventos esportivos institucionais e externos" (IFCE, 2018, p. 51). Além disso, observa-se que o esporte no IFCE deve ser, também, fundamentado no princípio:

IX - da inclusão, representado como o entendimento e o respeito às diferenças humanas, materializado, de forma natural, por meio da promoção da participação de todos nas modalidades convencionais, paraolímpicas ou adaptadas. (IFCE, 2018, p. 51)

Posteriormente, ao abordar as diretrizes para a graduação na instituição, observa-se:

No tocante a esses aspectos legais, o IFCE assume o compromisso de incluir pessoas com necessidades específicas e de demais sujeitos que viveram situações históricas de negação de direitos (negros, indígenas e quilombolas, entre outros) e que, por isso, não ocuparam estes espaços formativos, implicando diretamente nas relações estabelecidas entre professores e a diversidade do público atualmente encontrado em sala de aula. (IFCE, 2018, p. 71)

O PDI compromete-se de forma mais ampla quanto a inclusão quando afirma que

[...] as ofertas de pós-graduação do IFCE devem primar por uma concepção de educação humanística, inclusiva e tecnológica, ancorando-se nos princípios institucionais, a saber, a integração da educação profissional com a educação básica e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (IFCE, 2018, p. 101)

Ao tratar dos temas estratégicos e ações institucionais da extensão, o documento traz um tópico para abordar a diversidade e acessibilidade, como observa-se no enxerto:

O IFCE deve articular políticas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão.

A missão fundamental da Extensão nas instituições de ensino superior é dar respostas às necessidades da sociedade. No Brasil, vive-se em situação de extrema vulnerabilidade social, desigualdades e sem garantia de direitos para as minorias sociais. Nesse sentido, a Pró-reitoria de Extensão do IFCE compreende a responsabilidade de pensar e articular diretrizes e projetos nos campi que atendam às demandas sociais. Dentre tais demandas, destaca-se o desafio de pensar ações para as pessoas com deficiência, para negros, indígenas, quilombolas, entre outros públicos em situação histórica de negação de oportunidades e direitos, como mulheres e o público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), agricultores, povos do mar, etc.

Pensar a diversidade é compreender a condição dessas minorias dentro de um coletivo e não apenas em sua individualidade; é romper com a ideologia do branqueamento e deixar de ver a pessoa com deficiência como incapaz.

Na discussão sobre a acessibilidade, é preciso pensar em mudança de atitudes e em estratégias para garantir autonomia às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, quebrando-se barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais dentro da instituição e na sociedade como um todo.

Portanto, diversidade e acessibilidade situam-se na compreensão de que todos e todas devem ter um lugar no mundo, com condições de viver em situação de equidade social, em defesa dos Direitos Humanos e da Justiça Social. (IFCE, 2018, p. 112-113)

Ainda sobre essa discussão, o documento aponta outras contribuições do trabalho desenvolvido pelo NAPNE acerca da inclusão conforme destacamos:

Os NAPNE são responsáveis pela coordenação das atividades ligadas à inclusão e à acessibilidade. Fazem parte de um conjunto de ações integradas entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e têm por objetivo disseminar uma cultura da "educação para convivência", aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

Dando ênfase às políticas e ações institucionais de educação inclusiva, descreve-se as legislações que amparam tal filosofia de ensino e indica que

[...] a instituição apenas trazer métodos e técnicas especializadas para as classes convencionais, mas constituir-se em um centro de apoio permanente, apresentando um conjunto de recursos e metodologias específicas que devem compreender as várias possibilidades de aprendizado, aproveitando-se das potencialidades individuais para promover o seu desenvolvimento.

É importante salientar que não só o papel do docente, neste cenário da educação, é decisivo para a construção de uma instituição inclusiva, mas o papel de todos os educadores envolvidos. É um processo contínuo de novas estratégias, mudança de atitudes, superação de preconceitos e estereótipos, ressignificando, constantemente conceitos e valores. (IFCE, 2018, p. 123-124)

Ainda sobre isso, nota-se a valorização de princípios que orientem para uma educação inclusiva:

Na busca de uma educação alinhada ao acolhimento de todos, independente de origem socioeconômica, convicção política e religiosa, etnia, raça, gênero, orientação sexual, condição cognitivas e motoras, propõe-se a educação inclusiva.

Essa educação baseia-se nos pressupostos de uma organização acadêmico-pedagógica que contemple, em seu conjunto, ações formativas e mecanismos de materialização, ambos guiados pelos seguintes princípios:

- igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos;
- conhecimento e valorização da história dos povos africanos e da cultura afrobrasileira e indígena na construção histórica e cultural brasileira;
- superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQ+ são comumente tratados;
- respeito aos direitos humanos universais;
- garantia legal de uma educação para todos e todas (pública, laica, gratuita e sem discriminação contra os negros, os povos indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQ+);
- valorização das capacidades humanas em desenvolvimento;
- preservação da identidade humana;
- autonomia individual;
- liberdade humana de fazer as próprias escolhas;
- adequação das práticas pedagógicas;
- apoio pedagógico especializado;
- não discriminação;
- participação e inclusão plenas e efetivas na sociedade;
- defesa do interculturalismo;
- interação entre escola, família e comunidade. (IFCE, 2018, p. 126-127)

O PDI propõe como política de educação inclusiva a sensibilização de pessoas, o fortalecimento de compromissos, firmamento de parcerias e intensificação de ações. Nessa direção, apresenta as seguintes diretrizes:

- criação da Política de Acessibilidade do IFCE;
- promoção de assessoria técnica para facilitação do trabalho dos profissionais da educação no processo de inclusão dos discentes;
- fortalecimento e intensificação de políticas e de projetos de fomento à educação inclusiva;
- criação e fortalecimento dos núcleos promotores de inclusão na Rede Federal (NAPNE e NEABI);
- orientação e fortalecimento das ações de extensão junto a pessoas com deficiência, povos indígenas, negros e quilombolas.
- implementação de uma gestão de sala de aula direcionada para a diversidade dos discentes, incluindo a diversificação das atividades;
- adequação do material pedagógico a ser utilizado no processo formativo;
- constituição de equipes multiprofissionais de acompanhamento da aprendizagem, dando prevalência ao atendimento educacional especializado (instrutores, intérpretes, brailistas e demais especialidades), a fim de atender às peculiaridades das pessoas com deficiência;
- criação de salas de recursos multifuncionais;
- promoção de formação continuada de professores, pedagogos, diretores, coordenadores, técnicos administrativos e pessoal de apoio do IFCE, com vistas à superação de preconceitos ou barreiras atitudinais ainda existentes;
- formação de educadores na Língua Brasileira de Sinais e na grafia Braille;
- formação de educadores no uso de metodologias ativas, inovadoras e adaptadas, inclusive tecnologias digitais aplicáveis à educação inclusiva, contemplando o processo formativo, diagnóstico por resultados (produções) de aprendizagem e considerando os conhecimentos prévios, as possibilidades de aprendizagens futuras e os ritmos, indo para além das meras avaliações somativas baseadas em notas;
- concurso público para a contratação de professores de Libras, tradutor e intérprete de sinais e profissionais da Acessibilidade e de Tecnologia Assistiva;
- manutenção dos processos seletivos diferenciados que destinam vagas para estudantes da rede pública, pessoas com deficiência, negros, pardos, indígenas e quilombolas (cotas);
- quebra de barreiras arquitetônicas que dificultam a vida dos discentes deficientes;
- realização de eventos regionais e nacionais voltados para a inclusão.
- promoção da igualdade de oportunidades nos encaminhamentos destinados à qualificação para o trabalho;
- desenvolvimento de projetos que favoreçam o diálogo e a aproximação entre diferentes pessoas e/ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, etc. (IFCE, 2018, p. 127-128)

Por fim, o projeto político do IFCE ainda evidencia o papel da assistência estudantil como setor responsável também pela inclusão com vista a atuar na “ações afirmativas que possibilitem também a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito de pessoas com deficiência e aquelas que são alvo de discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, pertencimento étnico-racial, geracionais, dentre outros.” (IFCE, 2018, p. 130)

3.7.2 Plano de Desenvolvimento Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, é um instrumento de gestão que orienta todas as ações da instituição, sendo utilizado como referência para a elaboração dos planos anuais de trabalho e para a alocação de recursos. Além disso, é utilizado como indicador avaliativo das metas planejadas a cada quinquênio.

O PDI enquanto documento traz além do planejamento estratégico para o quinquênio 2024-2028 a análise do PDI anterior, 2019-2023.

Quanto ao tema de acessibilidade e inclusão, referente à análise do PDI anterior, observa-se no subtópico 2.2.9 *Fortalecer as ações de acessibilidade e diversidade étnico-racial*, onde se verifica estratégias de inclusão visando à autonomia de pessoas com

deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação, negros, indígenas e quilombolas, os seguinte resultados.

Indicador	Meta	Avaliação
Índide de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial.	no mínimo de 15% das ações de extensão na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial até 2023	meta não atingida. Até a última mensuração do indicador pela Plataforma Emnumeros (outubro/2023), o resultado obtido foi de apenas 1%.
Taxa de implantação de NAPNES	Implantar NAPNES em todos os <i>campi</i> até 2023	meta atingida. Segundo a Pró-reitoria de Extensão, todos os <i>campi</i> possuem NAPNES.
Taxa de implantação de NEABIs	Implantar NEABIs em todos os <i>campi</i> até 2023	meta atingida. Segundo a Pró-reitoria de Extensão, 94% dos <i>campi</i> possuem NEABIs.

Fonte: IFCE (2023).

Isto indica que o IFCE possui núcleos existentes e atuantes em toda sua extensão territorial, porém aponta que as ações de extensão desses núcleos não foram suficientes para o esperado. Frente a isso, questionamos o teor das ações esperadas pelos núcleos, principalmente no que diz respeito ao Napne, já que este atua para garantir o ingresso, a permanência e a conclusão com êxitos dos estudantes com necessidades específicas, atuando transversalmente ao ensino, pesquisa e extensão.

No PDI atual, 2024-2028, o tema da acessibilidade e inclusão aparece no PDI como Tema Transversal 2 - Acessibilidade, inclusão e diversidade. O documento traz as seguintes afirmações:

- A incorporação das agendas relacionadas à acessibilidade, diversidade e inclusão no planejamento do IFCE não se limita apenas a cumprir com obrigações éticas e legais, mas também favorece à construção de um ambiente educacional mais enriquecedor, justo e alinhado com os valores contemporâneos de uma sociedade plural.
- Nessa perspectiva, impulsionar essas agendas na nossa instituição não apenas moldam a experiência educacional, mas também refletem o compromisso do IFCE com a formação de cidadãos capacitados, conscientes e socialmente responsáveis. (IFCE, 2023, p. 59)

Esse tema é incluído como transversal, pois acaba envolvendo diversas áreas e setores, exigindo uma condução coordenada e integrada de esforços e recursos, o que demonstra um amadurecimento quanto se compara ao PDI anterior.

O subtópico 4.4.1 *Objetivos estratégicos* é outro ponto em que observamos considerações a respeito da acessibilidade e inclusão. Nele afirma-se que os “Os objetivos estratégicos do IFCE foram cuidadosamente delineados para refletir não apenas as necessidades e aspirações da instituição, mas também para estar em sintonia com as diretrizes nacionais e globais” (IFCE, 2023, p. 71). Diante disso, é na perspectiva dos processos internos do documento, subtópico 4.4.1.2, que se encontra o objetivo estratégico 20: Estabelecer uma cultura institucional de inclusão, diversidade e acessibilidade no ambiente educacional do IFCE.

Encontram-se ainda iniciativas no item 4.4.2 *Iniciativas relacionadas à inclusão* de maneira indireta, quanto ao Tema Transversal 2 - Fortalecimento e consolidação das ações afirmativas, em que há discriminação das seguintes iniciativas: qualificar os servidores no tratamento das pessoas nas esferas da diversidade e inclusão; fortalecer as ações de acolhimento aos estudantes com necessidades específicas; fortalecer os Neabis, Napnes e Nugeds.

Ademais, o PDI descreve as instalações e os recursos disponibilizados no IFCE. Percebe-se, assim, que a instituição preocupa-se com a acessibilidade e inclusão e traz estratégias para garantir isso da melhor forma possível, registrando as estratégias para tal, evidenciando, portanto, sua preocupação com a acessibilidade programática.

3.7.3 Regimento Interno do campus Ubajara

Conforme análises do que versa no documento do regimento interno do Campus Ubajara, consideramos pertinente ressaltar que, a partir do que está pontuado no Regulamento de Organização Didática (ROD), referendado no documento, no Capítulo que trata do Ensino, com referência ao cadastramento de matrículas, não há registros que especifiquem algum tipo de acessibilidade às pessoas com necessidade específicas. Consideramos que se faz necessário no relatório de matrícula, as observações acerca dos diferentes perfis.

3.7.4 Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Química

O documento apresenta-se sem parecer devido ainda passar por processo de construção.

3.7.5 Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gastronomia

Conforme parecer constante no Processo SEI nº 23492.001583/2023-00, o PPC do Curso de Tecnologia em Gastronomia está de acordo com as normas e diretrizes de acessibilidade e inclusão.

3.7.6 Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Agroindústria

Tomando por base o parecer constante no Processo SEI nº 23492.002159/2023-74, verificamos acessibilidade programática no projeto pedagógico do curso.

3.7.7 Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos

Os documentos que registram o Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Alimentos, pontuam parecer do NAPNE constante no Processo SEI nº 23492.000680/2024-58.

3.7.8 Considerações

Diante do exposto, vemos que a instituição preocupa-se quanto à acessibilidade e inclusão em seus principais documentos. Entretanto, notamos que quanto ao PDI, principal documento estratégico, inexistem indicadores e metas associadas especificamente à pauta de inclusão de pessoas com necessidades específicas. Indicadores e metas estas que poderiam verificar: percentual de ingressos, matriculados e egressos com necessidades específicas; percentual de docentes e técnicos administrativos formados em temas relacionados à educação inclusiva; percentual de projetos, produtos e patentes desenvolvidas especificamente para ajudas técnicas; quantitativo de campus acessíveis/laudo de acessibilidade e/ou plano de adaptação; que poderiam auxiliar na melhora dos mecanismos de inclusão.

4 MAPEAMENTO DO NAPNE NO CAMPUS

4.1 Composição da Equipe

Nome	SIAPE	Cargo	Função no campus	Cargo/Função no Napne	Tempo que está no Napne
Kácio de Lima Evangelista	2407961	Professor EBTT	Docente	Coordenador	29 meses
Naldia Paula Costa dos Santos	1364872	Professora EBTT	Docente	Vice-coordenadora	27 meses
Lucas Fonseca Bezerra	3301973	Professor EBTT	Docente	Secretário	24 meses
Emanoela Terceiro Silva	3326858	Professora EBTT	Docente	Membro	18 meses
Valéria Cristina Nogueira	2409398	Professora EBTT	Docente	Membro	1 meses
Joana D'arc da Silva Soares	20172194000152	Discente	Discente	Membro	1 meses

4.2 Principais Ações e Resultados do Ano Anterior

Ações Realizadas	Período	Resultados e Impactos das ações
Oferta de curso de Introdução à Surdez e à Libras	Segundo semestre de 2023.	Formação de 10 pessoas.
Oferta de curso de Conversação em Libras - Nível A1	Segundo semestre de 2023.	Certificação de 4 pessoas.
Setembro Azul	25 de setembro.	Realização de evento em conjunto com o campus Boa Viagem. Alcance de 50 pessoas participantes no evento.
Oferta da Oficina - Experimentação Inclusiva	21 de setembro.	Alcance de 14 pessoas participantes na oficina.
Mapeamento de Acessibilidade da Infraestrutura do campus Ubajara.	Entre abril e julho de 2023.	Relatório publicado no plano anual de ações do Napne no SigProext.
Projeto Napne nas Escolas	Segundo semestre de 2023.	Alcance de 23 pessoas participantes do projeto.
Palestra - O professor Crítico e Inclusivo	26 de maio de 2023.	Alcance de 40 pessoas participantes no evento.
Oferta de Oficina - Alfabeto Manual da Libras.	20 de abril de 2023.	Alcance de 17 pessoas participantes na oficina.
Palestra - O autismo no contexto escolar	28 de abril de 2023.	Alcance de 70 pessoas participantes no evento.

4.3 Potencialidades e Desafios

Potenciais do Núcleo	Dificuldades enfrentadas	Desafios
----------------------	--------------------------	----------

No decorrer das atividades programadas para esse semestre, o Napne procurou desenvolver com clareza a importância dos assuntos tratados pelo Núcleo e conseguiu alcançar a maior parte dos objetivos propostos, em que destacamos o engajamento ímpar de todos que o compõem atualmente.

Dessa forma, articulou ações que buscaram propiciar formação continuada aos docentes bem como a promoção de campanhas de conscientização sobre os tipos de acessibilidade, deficiências e transtornos; e o projeto Napne nas Escolas, prospectando parcerias com as Instituições de Ensino Médio da cidade de Ubajara.

Diante disso, pontuamos dentre outras, algumas das potencialidades evidenciadas durante o semestre, tais como: poder articulador e mobilizador, incentivo à conscientização e sensibilização e respeito aos diferentes casos de acessibilidade, às atitudes sociais e humanas no tocante à inclusão, aceitações e reconhecimentos de deficiências apresentadas.

Além disso, o envolvimento em atividades comuns com o Napne do campus de Boa Viagem.

As dificuldades encontradas pelo Napne se referem, principalmente, a recursos humanos e financeiros. Em relação aos recursos humanos, destacamos a falta de interesse de outros setores, com exceção da coordenação da CTP, no envolvimento com as atividades do núcleo, além da pouca adesão e engajamento dos discentes e docentes. Acrescentamos a isso a ausência de técnico administrativo educacional lotado exclusivamente no Núcleo, visto que o Napne passa assumir caráter de setor com o aumento das atividades e sua complexação.

No que concerne aos recursos financeiros, pontuamos que o campus não possui verba específica para as atividades e nem houve repasse de orçamento, por parte da reitoria, para auxiliar na estruturação das atividades propostas no núcleo.

Quanto à estruturação e ao funcionamento do Napne, reconhecemos como fragilidade a articulação centralizada entre os demais núcleos, que ainda necessita de uma melhor comunicação intercâmpus.

Destacamos a sobrecarga de atividades que envolvem os membros do Núcleo no tocante à carga-horária docente, desenvolvimento de projetos, atendimentos, dentre outras, que implicam na redução da disponibilidade para as ações propostas, sobretudo em atividades externas.

Diante disso, o Napne se mobiliza ao enfrentamento desse desafio, priorizando os princípios e objetivos que regem as propostas do Núcleo. Assim, acreditamos que o comprometimento de todos os envolvidos vem possibilitando a ruptura dessa dificuldade.

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

Estabelecer uma cultura de acessibilidade e inclusão, com respeito aos Direitos Humanos, aos valores da autonomia da pessoa com deficiência ou necessidade específica de forma a garantir na instituição o seu bem-estar.

5.2 Específicos

1. buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais, tecnológicas e atitudinais na Instituição de ensino;
2. promover condições necessárias para a seleção, o ingresso e a permanência de discentes e servidores com necessidades específicas no IFCE;
3. propor e acompanhar adequações arquitetônicas, possibilitando às pessoas com deficiência o acesso a todos os espaços físicos dos campi, conforme as normas previstas em lei;
4. atuar junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, colaborando com a adaptação dos referenciais teórico-metodológicos, promovendo a articulação entre o Napne e Projeto Político Pedagógico da instituição;
5. articular junto ao campus, à PROEXT, à PROGEPI e à PROAP, a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e bens permanentes, além da contratação de profissionais especializados que possibilitem a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade;
6. potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC);
7. promover e participar, no âmbito do IFCE e de outras instituições, de atividades de acessibilidade e inclusão com o intuito de contribuir para a inserção da pessoa com necessidades específicas no IFCE e em espaços sociais possibilitando viabilizar e sensibilizar a comunidade interna e externa sobre as ações do NAPNE;
8. assessorar a gestão do IFCE especificamente nos casos de ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas;
9. assessorar, quando necessário, no processo de alterações nas regulamentações que visem o ingresso e a permanência de pessoas com necessidades específicas no IFCE.

6 PROPOSTA TEÓRICO METODOLÓGICA

O Napne campus Ubajara propõe atuação de forma dialógica, auxiliando e orientando os demais setores quanto às questões de acessibilidade e inclusão. Além disso, atuará por meio de campanhas de sensibilização e conscientização, eventos que discutam a temática da inclusão e acessibilidade e cursos FIC sobre os assuntos que lhe cabem. Ademais as reuniões dos membros servirão tanto para estudo em grupo, planejamento e execução de ações e discussões sobre assuntos do núcleo.

6.1 Quadro de atividades

Objetivo 1 - Buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais, tecnológicas e atitudinais na Instituição de ensino.				
Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis

Objetivo 1 - Buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais, tecnológicas e atitudinais na Instituição de ensino.				
Sensibilização através do reconhecimento das diferentes necessidades específicas.	Através de participação no encontro pedagógico.	2024	Engajamento da comunidade acadêmica na atividade proposta pelo núcleo.	Todos.
Oferta de curso introdutório sobre Libras e Surdez.	Através de curso FIC de 40h.	2024.2	No mínimo 25 matriculados no curso ofertado.	Kácio de Lima Evangelista.
Realização da campanha de Acessibilidade Atitudinal.	Através do instagram.	Março.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Kácio de Lima Evangelista.
Realização da campanha de Acessibilidade Comunicacional.	Através do instagram.	Abril.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Valéria Cristina Nogueira.
Realização da campanha de Acessibilidade Arquitetônica.	Através do instagram.	Junho.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Valéria Cristina Nogueira.
Realização da campanha de Acessibilidade Programática.	Através do instagram.	Fevereiro.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Todos.
Realização da campanha Setembro Azul.	Através do instagram e realização de eventos.	Setembro.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Kácio de Lima Evangelista.
Realização da campanha de Acessibilidade Instrumental.	Através do instagram.	Outubro.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Valéria Cristina Nogueira.
Realização da campanha de Acessibilidade Metodológica.	Através do instagram.	Dezembro.	Engajamento dos seguidores com a campanha.	Todos.
Realização de Grupo de Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão	Por meio de 2 encontros com objetivos de estudar e discutir textos que abordam a temática.	2024.2	Participação da comunidade interna e externa.	Todos.

Objetivo 2- Promover condições necessárias para a seleção, o ingresso e a permanência de discentes e servidores com necessidades específicas no IFCE				
Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Atendimento educacional especializado.	Conscientização das coordenações dos alunos com deficiência ou necessidade específica sobre os seus direitos.	2024	Diminuir a evasão e retenção.	Docentes CTP Napne
Acompanhamento permanente dos discentes através do PEI.	Atendimento individualizado.	2024	Diminuição da retenção.	Coordenações de curso Docentes CTP Napne

Objetivo 3 - Propor e acompanhar adequações arquitetônicas, possibilitando às pessoas com deficiência o acesso a todos os espaços físicos dos campi, conforme as normas previstas em lei.				
Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Mapeamento da Acessibilidade arquitetônica do campus Ubajara.	Levantamento da acessibilidade e elaboração de relatório com sugestões de alteração.	2024	Relatório do Mapeamento de Acessibilidade Arquitetônica do campus Ubajara.	Napne.
Mapeamento da acessibilidade comunicacional do campus.	Levantamento da acessibilidade e elaboração de relatório com sugestões de alteração.	2024	Relatório do Mapeamento de Acessibilidade Comunicacional do campus Ubajara.	Napne.
Mapeamento da acessibilidade atitudinal do campus.	Levantamento da acessibilidade e elaboração de relatório com sugestões de alteração.	2024.	Relatório do Mapeamento de Acessibilidade Atitudinal do campus Ubajara.	Napne.
Mapeamento da acessibilidade metodológica do campus.	Levantamento da acessibilidade e elaboração de relatório com sugestões de alteração.	2024.	Relatório do Mapeamento de Acessibilidade Metodológica do campus Ubajara.	Napne.
Mapeamento da acessibilidade instrumental do campus.	Levantamento da acessibilidade e elaboração de relatório com sugestões de alteração.	2024	Relatório do Mapeamento de Acessibilidade Instrumental do campus Ubajara.	Napne.
Mapeamento da acessibilidade programática do campus.	Levantamento da acessibilidade e elaboração de relatório com sugestões de alteração.	2024	Relatório do Mapeamento de Acessibilidade Programática do campus Ubajara.	Napne.
Emitir relatório do mapeamento realizado.	Pelo SEI ao COAI, DG, Diren e Coordenações.	2024	Ciência na documentação e feedback positivo sobre as sugestões do relatório.	Napne.

Objetivo 4 - Atuar junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas, colaborando com a adaptação dos referenciais teórico-metodológicos, promovendo a articulação entre o Napne e Projeto Político Pedagógico da instituição.				
Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Construção do PEI.	Planejamento em conjunto com o docente.	2024.	Aprovação do discente na disciplina em que apresenta dificuldade.	Docentes CTP Napne
Adaptação dos conteúdos, metodologias e avaliações.	Planejamento constante entre docente e CTP.	2024.	Permanência do discente na Instituição.	Docentes Napne CTP
Acompanhar a adaptação/atualização dos PPCs dos cursos da instituição quanto à acessibilidade e inclusão.	Por meio de reuniões com os NDEs de cada curso da instituição.	2024.	Inclusão de trechos que explicitem como serão desenvolvidas as atividades dos discentes com necessidades específicas ao longo do curso.	Napne CTP

Objetivo 5 - Articular junto ao campus, à PROEXT, à PROGEPI e à PROAP, a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e bens permanentes, além da contratação de profissionais especializados que possibilitem a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade.				
Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis

Objetivo 5 - Articular junto ao campus, à PROEXT, à PROGEPE e à PROAP, a disponibilização de recursos específicos para aquisições de materiais de consumo e bens permanentes, além da contratação de profissionais especializados que possibilitem a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade.				
Estruturação da sala de AEE.	Por meio de solicitação às instâncias responsáveis.	2024	Resposta quanto à solicitação.	Kácio de Lima Evangelista
Solicitação de materiais de acessibilidade, serviços ou tecnologias assistiva e adequações.	Por meio do SEI.	2024-2025.	Recebimento de no mínimo 70% dos materiais solicitados.	Kácio de Lima Evangelista

Objetivo 6 - Potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio da utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação (TIC).

Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Formação continuada sobre TICs para a Inclusão	Através do Encontro Pedagógico	2024	Aprendizagem sobre e uso de TICs.	Napne CTP

Objetivo 7 - Promover e participar, no âmbito do IFCE e de outras instituições, de atividades de acessibilidade e inclusão com o intuito de contribuir para a inserção da pessoa com necessidades específicas no IFCE e em espaços sociais possibilitando viabilizar e sensibilizar a comunidade interna e externa sobre as ações do NAPNE.

Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Encontro dos Napnes	Participação das discussões do encontro dos núcleos	2024	Aprendizagem sobre acessibilidade e inclusão	COAI Napne
Execução do Projeto de Extensão Experimentação inclusiva como possibilidade metodológica na formação em ciências naturais	Através de parcerias com as escolas estaduais da região.	2024	Ações planejadas executadas e a efetiva participação das escolas.	Lucas Fonseca
Criação de grupos de estudo ou pesquisa aplicada voltados para a elaboração de materiais didáticos adaptados aos alunos com necessidades específicas.	A partir da articulação de estudos e interação com outros membros e convite a outros públicos.	2024	Registro do grupo de estudo ou pesquisa aplicada.	Napne
Conhecer associações de pessoas com deficiência.	Através de visitas presenciais às instituições e contatos por meios oficiais de comunicação.	2024	Estreitamento de laços.	Napne
Articular com outros Napnes dos campi sobre suas experiências.	Por meio de visitas/reuniões online com outros Napnes.	2024	Compartilhamento de conhecimentos e experiências.	Napne
I Fórum de Inclusão do IFCE campus Ubajara	Realização de fórum acadêmico para discutir as temáticas que envolvem a inclusão.	2024.2	Documento sistematizado das políticas de inclusão, ações afirmativas e acessibilidade.	Napne CTP SAE Neabi

Objetivo 8 - Assessorar a gestão do IFCE especificamente nos casos de ingresso de estudantes e servidores com necessidades específicas.

Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Comitê de Acompanhamento de Alunos com Necessidades Específicas	Participação no comitê criado para atuar no acompanhamento dos discentes público-alvo do PEI.	2024	Portarias emitidas	Napne Coordenação de Curso Diren

Objetivo 9 - Assessorar, quando necessário, no processo de alterações nas regulamentações que visem o ingresso e a permanência de pessoas com necessidades específicas no IFCE.

Ação	Como	Período	Indicador de Resultado	Responsáveis
Comissões internas dos Napnes	Participar nas comissões internas designadas pela COAI.	2024	Alterações e publicações realizadas dos trabalhos.	Napnes COAI
Emissão de pareceres de atualização de cursos	Emitir pareceres, quando solicitado, dos Projetos Pedagógicos de Cursos do campus Ubajara.	2024	Pareceres emitidos.	Napne

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABNT. **NBR 5413**: iluminância de interiores. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1992. Disponível em: <http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/TM802/NBR5413.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ABTN. **NBR 9050**: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência às edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei Nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei Nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 jun. 2023.

DISCHINGER, Marta. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Brasília : Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2009.

ENAP. **Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil**. Brasília, 2019.

IBGE. **Censo 2010**. Universo-indicadores municipal. Ubajara. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ubajara/pesquisa/23/25124>. Acesso em: 7 jul. 2024.

IBGE. **Cidades**. Ubajara. Panorama. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 7 jul. 2024.

IBGE. **Cidades**. Ubajara. Panorama municipal. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ubajara/pesquisa/10058/60027?ano=2019>. Acesso em: 7 jul 2024.

IFCE. **Em números**. 2024. Plataforma digital. Disponível em: <https://emnumeros.ifce.edu.br/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IFCE. **Projeto político-pedagógico institucional**. Fortaleza: 2018. 152 p. Disponível em: <https://ifce.edu.br/PPI.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2024.

IFCE. Conselho Superior. **Resolução nº 144, de 20 de dezembro de 2023**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Ceará (IFCE) para o período 2024-2028. Fortaleza: Conselho Superior, 2023. Disponível em: https://pdi.ifce.edu.br/pdf/pdi_ifce_2024_2028.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 19 jun. 2023.

SONZA, Andréa Poletto. **Acessibilidade e tecnologia assistiva**: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Bento Gonçalves - RS: [s.n], 2013. 367p. (Série Novos autores da Educação Profissional e Tecnológica).



Documento assinado eletronicamente por **Kacio de Lima Evangelista, Coordenador(a) do NAPNE**, em 14/11/2024, às 16:04, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Naldia Paula Costa dos Santos, Membro do NAPNE**, em 14/11/2024, às 16:27, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fonseca Bezerra, Secretário(a) do NAPNE**, em 14/11/2024, às 19:03, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5823215** e o código CRC **99AD1F98**.